

4. “Envio um branco meu”. Mediadores culturais das embaixadas dos reinos da costa africana

Eu, escrivão, deste cruel Rei, que aqui me acho há 23 anos fora dos Portugueses, V.R. Majestade me queira perdoar o meu grande atrevimento como me mandam fazer esta, à força e fiz por não ter outro remédio, pois quem poderá expressar o que viu é este que vai por nome Inocência”. Carta ao d. João Carlos de Bragança do rei do Dagomé de 30 de julho de 1805.¹

A epígrafe deste capítulo, como a dos anteriores, é um trecho de uma das cartas trocadas entre o reino português e os reinos da costa africana, que informavam o envio, a chegada e o retorno das embaixadas encaminhadas pelos reis africanos. E não sem razão, esse é um esforço de dar entendimento, analisando sob uma perspectiva cultural, uma documentação que, quando utilizada, procura ressaltar mais os aspectos econômicos que se estabeleceram na comunicação entre os reinos. As correspondências aqui analisadas são antes de tudo um exercício de mediação entre duas culturas distintas, sendo também um espaço de conflitos e tensões entre os reinos e seus agentes; do que se gostaria de escrever e do que fora escrito, em especial aqueles que eram responsáveis por fazer o papel de tradutores dos interesses dos potentados da costa africana.

Este é o caso do autor da nossa epígrafe. Há 23 anos longe do convívio dos portugueses, o homem que escreveu esta carta reconhece a chance que lhe fora dada ao ser chamado para escrever uma carta destinada ao rei de Portugal. Seus longos anos sob o jugo dos daomeanos podem ter permitido que ele soubesse falar e compreender o fon, língua do reino do Daomé. O presente trabalho não tem por objetivo saber, se o que foi ditado ao escrivão pelo rei, ou por algum outro

¹ Carta do rei do Dagomé ao d. João Carlos de Bragança (30/07/1805). In: ANADIA, Visconde de. “*Ofícios e documentos enviados a Francisco da unha Menezes relativos a visita dos embaixadores do rei de Dahomey*. Queluz, 30-31/07/1805. Original e cópia. 8 documentos (11 páginas). Anexos outros documentos a respeito. Fundação Biblioteca Nacional (Divisão de Manuscritos). Localização dos originais: II-34,005,004

intermediário, é forçosamente igual ao que foi escrito. O que pretendemos é problematizar, principalmente, o papel daqueles que, do outro lado do Atlântico, serviram de mediadores entre culturas, ora dos reinos africanos ora dos portugueses, utilizando-se para tal da língua portuguesa e do domínio da escrita.

Acreditamos que este esforço visa preencher uma lacuna nos estudos acerca das relações entre o reino português e a conhecida Costa da Mina. Esta diz respeito a uma perspectiva cultural das relações diplomáticas e, em especial, da análise e problematização de correspondências para este fim. Como abordamos em outro capítulo, poucos foram os autores que se utilizaram desta documentação em suas pesquisas. Um número bem menor se valeu dessas fontes, para problematizar de acordo com uma abordagem cultural destes casos, podemos citar os trabalhos de Silvia Hunold Lara, Alberto da Costa e Silva, José Honório Rodrigues, Pierre Verger e o recente trabalho da historiadora Ana Lucia Araújo.

Da produção historiográfica da historiadora Silvia Hunold Lara², dois textos referem-se à questão das embaixadas de reinos africanos que estiveram presentes em Salvador. O primeiro deles, publicado em 2001, foi resultado parcial de uma pesquisa financiada pelo CNPq. Neste artigo, a autora descreve a recepção da embaixada do reino do Daomé, enviada em 1750, e analisa alguns aspectos culturais da documentação arrolada. Além disso, faz menção ao que ela considerava as outras embaixadas enviadas pela Costa da Mina entre 1750 e 1811. Esta temática volta a ser abordada por Silvia Lara na publicação que foi resultado da pesquisa a que se referiu no primeiro artigo. Em *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*, o tema da embaixada é referido em um dos capítulos, “Espetáculos negros”, em que este tema torna-se um dos argumentos utilizados pela autora, no intuito de ressaltar o protagonismo da presença negra em terras portuguesas, no âmbito da recepção destas embaixadas, além de referenciar alguns momentos de tensão que só poderiam ser tolerados por conta dos interesses comerciais.

² LARA, S. H. Uma embaixada africana na América Portuguesa. In: JANCSÓ, Istvan; KANTOR, Iris. *Festa. Cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. (volume 1). São Paulo: EDUSP, FAPESP, Imprensa Oficial, 2001; LARA, S. H. *Fragmentos setecentistas. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Alberto da Costa e Silva³, um dos maiores especialistas em história do continente africano, abordou esta temática em algumas situações. As embaixadas de 1750 e 1796 são analisadas num contexto mais amplo das relações entre Portugal e o reino do Daomé, até o início do XIX. Livros como *Um rio chamado atlântico* e *Francisco Felix de Souza: mercador de escravos* abordam o tema, mas não chegam a problematizar a documentação relacionada. Um exercício neste sentido se apresenta em um artigo de 2005, no qual Costa e Silva faz uma abordagem sobre a última embaixada, de 1823, representado o reino de Onim, durante o período de transição para o império. Neste artigo, o autor apresenta duas cartas não datadas que estão sob a guarda do Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro, analisando a conjuntura de produção das mesmas, a fim de encontrar elementos que identifiquem a periodicidade dos documentos, e problematizar o contexto, no qual o embaixador gostaria de fazer parte ao reconhecer, em nome do reino de Onim, a independência brasileira.

Em *Brasil e África: outro horizonte*, livro do início da década de 1960, o historiador José Honório Rodrigues⁴ aponta as relações diplomáticas entre Salvador e o reino do Daomé, apresentando brevemente as embaixadas de 1750 a 1805, mas não chega a levantar muitas questões ou problematizar as correspondências trocadas. Sua contribuição diz respeito a ser uma das primeiras publicações a abordar o tema das embaixadas.

O primeiro a levantar e sistematizar uma grande quantidade de fontes sobre o comércio de escravos e a presença de embaixadas africanas em Salvador e no Rio de Janeiro foi Pierre Verger.⁵ Sua pesquisa, que originou o já citado *Fluxo e refluxo: do tráfico de escravos do Golfo do Benim a Baía de todos os Santos*, iniciou-se em 1949, em Uidá, e durou 20 anos, até ser apresentada como tese de doutoramento na Sorbonne. Em capítulo sobre as embaixadas que aqui estiveram, Verger identifica outros reinos que também encaminharam missões diplomáticas, como Onim e Ardra. Ainda que o objetivo primeiro de seu livro, e até mesmo das

³ SILVA, A. C. e. *Um rio chamado atlântico. A África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, Editora UFRJ, 2003; SILVA, A. C. e. *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, EdUERJ, 2004; SILVA, A. C. e. Cartas de um embaixador de Onim. In: *Cadernos do CHDD*. Rio de Janeiro, ano IV, n. 6, 1º semestre de 2005.

⁴ RODRIGUES, J. H. *Brasil e África. Outro Horizonte (relações e política brasileiro-africana). Volume I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

⁵ VERGER, P. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Baía de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX*. Salvador: Corrupio, 2002.

embaixadas, seja tratar das questões comerciais desenvolvidas, o autor transcreve e desenvolve brevemente algumas questões culturais e até mesmo curiosas.

O recente trabalho de Ana Lucia Araujo,⁶ publicado já na fase final de elaboração desta dissertação, *Dahomey, Portugal and Bahia: King Adandozan and the Atlantic Slave Trade*, faz uma breve análise das correspondências trocadas entre o reino daoméano e Portugal, entre 1750 e 1818, enfatizando as cartas do período de regência de Adandozan. Neste artigo, a autora propõe uma análise muito próxima do que procuramos fazer nesta dissertação, no qual as correspondências trocadas entre os reinos nos permitem compreender as relações diplomáticas, políticas, econômicas e, principalmente, culturais. Ao analisar as cartas, e trazer à discussão elementos como a percepção dos africanos do que acontecia externamente com as guerras napoleônicas; ou mesmo o declínio do comércio de escravos, experimentado durante o governo de Adandozan.

Esta breve explanação é apenas para demonstrar que autores, cujos textos abordavam a perspectiva cultural das embaixadas, não puderam esmiuçar a documentação e nem ao menos problematizar as cartas como um dos principais mediadores culturais. Tentamos fazer este exercício nos capítulos precedentes, neste pretendemos apresentar a lógica que envolve uma das etapas da embaixada: a troca de correspondências, o uso oral e escrito da língua portuguesa e os intérpretes tanto africanos quanto portugueses.

4.1. A cultura escrita em Portugal e na África

A carta pode ser entendida como um produto social e cultural, e sua principal finalidade é a comunicação entre os que se encontram distantes. Utilizando-a como objeto de análise, podemos perceber que as formas de escrita também são históricas e, como tal, seus discursos tomam forma de acordo com determinada circunstância.

⁶ ARAUJO, A. L. "Dahomey, Portugal and Bahia: King Adandozan and the Atlantic Slave". In: *Slavery & Abolition*. Vol. 33, n. 1, March 2012. pp. 1-19.

Em Portugal, de acordo com historiador Tiago C. P. dos Reis Miranda,⁷ a autoridade monárquica entre os séculos XVI e XVIII se fortaleceu à medida em que houve a necessidade de racionalização das atividades do Estado. A escrita foi, neste sentido, primordial para legitimação da Coroa, se fazendo presente nos longínquos lugares onde o reino português mantinha alguma base administrativa, além de ser um elemento de distinção social entre os que tinham ou não o domínio dela. Eram poucos os que possuíam o domínio da leitura e da escrita, como os nobres, os religiosos, os letrados e professores.⁸

A escrita foi, também, um meio pelo qual as informações circulavam pelo império português. Estas informações indicavam caminhos, possibilidades, melhores formas de tratamento e ajustava a própria administração portuguesa, além de garantir uma memória histórica dos acontecimentos. Mais importante que isso, a escrita não só legitimava, ela representava o próprio poder do Estado. Neste trabalho me utilizo do conceito de representação de poder, tal qual entendido por Georges Balandier,⁹ e também por Carlo Ginzburg.¹⁰ Em artigo sobre este tema, o historiador italiano volta seu foco para algumas manifestações históricas, para exemplificar seu ponto, como as estátuas e as efígies que garantiam uma experiência que não era necessariamente real e que, ao mesmo tempo, eliminava a distância. A representação, neste sentido, está relacionada a tornar presente aquilo que não está. De igual modo, entendemos que a correspondência é uma forma de representar o poder não somente pela forma como pelo conteúdo; ela é a expressão do que pretendia ser dito.

Na costa ocidental africana, por exemplo, o poder real era manifesto através de alguns elementos, como o cetro. Há exemplos de cultura escrita na África, entretanto, ela não era predominante no Daomé, como declarou o próprio rei em carta não datada, mas que acreditamos ser do final do século XVIII, pois

⁷ MIRANDA, T. C. P. R. A arte de escrever cartas: para a história da epistolografia portuguesa no século XVIII. In: GALVÃO, W. N.; GOTLIB, N. B. *Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. pp. 41-42.

⁸ LISBOA, J. L.; MIRANDA, T. C. P. R. A cultura escrita nos lugares privados. In: MONTEIRO, N. G. (coord.). *História da vida privada em Portugal: Idade Moderna*. Lisboa: Circulo de Leitores, Temas e debates, 2010. p. 344.

⁹ BALANDIER, G. *O poder em cena*. Brasília: Editora da UNB, 1982.

¹⁰ GINZBURG, C. Representação - A Palavra, a Ideia, a Coisa. In: *Olhos de Madeira. Nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

faz referência à ausência do diretor do forte, Manoel de Bastos Varella, que foi expulso do pelo próprio rei do Daomé entre 1798 e 1799:¹¹

[...] pois Deus deu a memória cadência para saber ler e escrever ao Branco, e a nós deu-nos a memória tão somente para nos lembrarmos do que fazem no presente e se nos esquece[mos] temos os velhos para nos lembrar [...].¹²

Ao fazer essa afirmação, o rei daomeano está colocando o seu saber em pé de igualdade com o do “branco”, por mais que este último tenha memória para ler e escrever, o primeiro possui a memória para lembrar de eventos contemporâneos e históricos. Num artigo sobre a educação islâmica e a educação “tradicional” no norte e oeste africano durante o período pré-colonial, o historiador Julius O. Adekunle afirma que um dos principais métodos de educação dita “tradicional” era a memorização. Através dela se registrava e preservava toda a sorte de informações tais como a história, leis e tradições; e estes eram narrados e transmitidos pelos anciões, a fim de garantir a continuidade da tradição e da história de seu povo.¹³ Além disso, segundo Adekunle, a cultura baseada na oralidade garantiria ideais de cooperação, desenvolvimento social e qualidade de vida.

Embora o rei daomeano reconheça que não tenha domínio das habilidades expostas, a língua e escrita estrangeira faziam parte da vivência da costa africana. A partir do momento de expansão portuguesa, todos os locais pelos quais passaram os navegantes do reino de Portugal, acabaram por lidar não só com a língua, mas com a escrita europeia. Neste sentido, no primeiro momento de

¹¹ VERGER, P. Op. Cit. p. 265. “Não é possível fazer um inquérito localmente a respeito do que se passou, pois somente ficaram lá soldados negros a serviço de Sua Majestade. É juntos dos capitães dos navios que fazem o tráfico dos escravos que podemos ter as únicas informações donde concluímos que as acusações feitas contra o diretor por Adandozan parecem desprovidas de base”. Original em APEB 138, f. 193.

¹² Representação enviada ao Rei de Portugal (sem data). *Dossiê sobre o Reino de Daomé contendo representação, relatório, ofícios e cartas entre o Rei de Daomé e o príncipe regente D. João, d. Maria I e o [5º] conde das Galveias [d. João de Almeida de Melo e Castro] a respeito da arrecadação de cativos; estabelecimento do comércio; furtos e roubos feitos por portugueses; irregularidades nos portos da região; substituição do diretor da Fortaleza de Ajudá; envio de emissários à Bahia; guerra nos sertões de Maquinez, de Nagós, e Porto Novo; confirmação dos laços de amizade entre Portugal e Daomé para facilitar o comércio de escravos; compra de produtos da terra sem tributação e pagamento de serviços de "jornaleiros" quando utilizados* (Originals e cópias de época). IHGB.

¹³ ADEKUNLE, J. O. Education. In: FALOLA, Toyin (ed.). *Africa. African cultures and societies before 1885 (volume 2)*. North Carolina: Carolina Academic Press, 2000.

expansão, a língua foi o principal mediador entre Portugal e as terras na costa africana e asiática.

Alberto da Costa e Silva¹⁴ aponta, em livro sobre a África e a escravidão entre os séculos XVI e XVII, que desde meados do século XV os portugueses se fazem presentes na África como degredados, comerciantes, viajantes ou funcionários a serviço da Coroa. Um exemplo deste tipo de relação estabelecida é o envio, no início do século XVI, de uma embaixada pelo rei d. Manoel, no intuito de converter o rei do Benin. O rei não se converteu, mas permitiu que os padres pregassem e ensinassem as crianças nobres a ler em português.¹⁵ A presença, não só portuguesa mas europeia, torna-se tão incisiva e lucrativa para as partes, que no Daomé ao longo do século XVIII, uma função administrativa fora criada para lidar com os europeus, o Yovogan.

No que diz respeito ao uso da escrita pelos africanos, a historiadora portuguesa Catarina Madeira Santos¹⁶ faz uma análise interessante da apropriação da escrita pelos africanos, que gostaríamos de apresentar e indicar os pontos de contato com esta dissertação.

O objetivo do artigo é problematizar a ideia de que é pela via do poder que a escrita torna-se popular entre os africanos, e que esta mesma escrita irá oferecer caminhos originais para organização de um grupo político do norte de Angola, os Ndembu. Este grupo não abandonou a sua estrutura política e social originais, mas ao manter contato com estruturas políticas e burocráticas, que se estabeleceram através da escrita, como as autoridades portuguesas sediadas em Luanda, os Ndembu se apropriaram de alguns processos burocráticos baseados na escrita.¹⁷

O uso da escrita, neste caso, teve funções distintas ao longo de seu estabelecimento na região. Num primeiro momento, a escrita foi o meio que a Coroa portuguesa utilizava para manter contatos oficiais com os chefes africanos. Os atos de vassalagem, como eram chamados esses atos de concordância entre as partes, dependia da assinatura e da concordância dos termos dos contratos entre os representantes portugueses e africanos.¹⁸ Catarina Madeira chama atenção para o

¹⁴ SILVA, A. C. *A manilha e o libambo: A África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

¹⁵ Idem, p. 315.

¹⁶ MADEIRA, C. S. Escrever e poder - os autos de vassalagem e a vulgarização da escrita entre as elites africanas Ndembu. *Revista de História*. N. 155, 2º semestre, 2006. pp. 81-95.

¹⁷ Idem. p. 82.

¹⁸ Idem. p. 87.

fato de que os africanos reconheceram, em primeiro lugar, a importância do papel escrito como símbolo da relação estabelecida entre as autoridades coloniais, e como símbolo da legitimação do seu próprio poder. Neste sentido, a escrita era mais do que um instrumento de comunicação, era um símbolo do poder político europeu.

A segunda fase, identificada pela autora, está relacionada com a associação entre a escrita e a cultura política. Significa dizer que a escrita começou a fazer parte do cotidiano político, tornando-se parte dos trâmites burocráticos como administração e a parte jurídica das regiões, à medida em que era através da mesma que se garantia a efetivação do cumprimento dos contratos de vassalagem. Assim, a presença política passou a fazer parte do cotidiano político, através da circulação de documentos como recibos ou cartas de dívidas para pagamentos de impostos, por exemplo.

A última etapa está relacionada com a transformação da escrita de uma insígnia do poder português a símbolo de poder africano. Em um caso original, as estruturas burocráticas baseadas na escrita, adaptada às formas já existentes de organização e legitimação do poder, foram introduzidas e apropriadas nas instituições políticas Ndembu.

No caso desta dissertação, nenhum dos reinos se submeteu a um ato de vassalagem, como ocorreu nos reinos centro-africanos de Angola e Congo. Entretanto, dois pontos abordados pela historiadora Catarina Madeira merecem destaque. O primeiro deles, diz respeito à adaptação dos representantes do governo português, sejam funcionários régios ou comerciantes, às regras africanas. No caso do reino do Daomé, este tipo de organização tinha uma estrutura sólida. Como vimos no primeiro capítulo, até a solicitação para autorização de comércio no porto de Uidá demandava tempo, pagamento de imposto e dependia da boa vontade do rei. Não é demais lembrar, que até mesmo o estabelecimento de qualquer atividade ou construção naquelas terras deveria possuir autorizações prévias do regente que vivia na capital Abomé, a quilômetros do porto, mas que possuía agentes nas cidades costeiras, capazes de fiscalizar seus interesses.¹⁹

¹⁹ Cf. LAW, R. *Ouidah: The social history of west of african slaving 'Port', 1727-1892.* (West african studies). Ohio: Ohio University Press, 2004.

Outro ponto interessante refere-se à escrita não só como instrumento de comunicação, mas como instrumento de poder. Isto pode ser melhor identificado retomando as embaixadas de reinos africanos que estiveram presentes em Salvador ou no Rio de Janeiro, e quais destas missivas comunicavam acontecimentos e indicavam poderio. Da documentação levantada para esta dissertação, apenas na de 1750 não há conhecimento de alguma correspondência encaminhada anunciando a chegada da comitiva. O que temos é a descrição do Monterroyo²⁰ sobre a recepção desta embaixada, e a indicação de que o emissário entregou ao vice-rei uma carta, cujo conteúdo e forma são desconhecidos. Outras fontes indicam que essa carta foi recebida, mas seu conteúdo não havia sido divulgado.²¹

As outras correspondências, em especial as encaminhadas pelo reino do Daomé, se utilizou de intérpretes para encaminhar as missivas para o vice-rei do Brasil ou para os governadores da Bahia. A primeira delas, como vimos, foi enviada pelo rei Agonglô em 1795, e redigida pelo tenente Francisco Xavier Álvares, que estava se posicionando contra o diretor Francisco Antônio da Fonseca e Aragão, e pretendia oferecer a exclusividade do comércio para Portugal e, por consequência, para os mercadores baianos e pernambucanos.

A embaixada de 1805 foi outra carta que se utilizou de um intérprete enviado por Adandozan, sucessor do rei Agonglô. Ela é diferente de qualquer carta precedente,²² pois não há formalismo, e o conteúdo difere em grande parte das outras, ainda que o interesse principal seja a exclusividade o comércio. A especificidade desta carta está no sujeito que a escreve, que será discutido mais adiante.

Também encontramos, em 1804, uma carta do rei de Ardra ao príncipe d. João, igualmente em português, que solicitava um engenheiro, a fim de abrir um caminho até o mar, para que fizesse comércio com Portugal, e evitasse possíveis afrontas do reino do Daomé:

²⁰ *Relação da embaixada que mandou o poderoso rei de Angome Kigy Chiri Branoon, senhor dos dilatadíssimos sertões da Guiné*. Sem data, sem local, 6 folhas [incompleto] Localização: Lata 106 – Doc. 12. IHGB e *Memória escrita por José Freire Montenegro Mascarenhas a respeito da embaixada que o rei de Daomé, Kiay Chiri Broncom, enviou ao [10º] conde de Atouguia, d. Luis [Pedro] Peregrino de [Carvalho de Meneses e] Atáide, vice-rei do Brasil*. Inclui introdução sobre Daomé, seus costumes e a recepção do vice-rei. 1751. Localização: DL 490,04. IHGB.

²¹ AHU, cód. 254, f. 249V. APUD VERGER, Pierre. op. Cit. p. 285.

²² Cf. VERGER, P. Op. Cit. p. 295.

Vou por esta a pedir-lhe e rogar-lhe o favor de mandar um engenheiro a este país, para eleger um modo porque se poderá abrir uma lagoa [...]. Pois, Senhor, este lugar me leva muito preciso ser aberto com o mar, para privar a passagem do Agomé para estas praias, pois que me priva de todo o comércio, principalmente dos portugueses, que cultivam efetivos esta terra.²³

Ao solicitar um engenheiro para abrir uma lagoa que garantisse um caminho até o mar, a carta enviada indicava a importância e o conhecimento do quanto o comércio de mãos-de-obra escrava era importante, revelando as tensões entre os reinos africanos, a ponto da descrição tender para o que seria mais proveitoso para Portugal.

Uma longa carta foi encaminhada em 1810 por ocasião da embaixada que seria encaminhada em 1811 para Salvador. Esta foi enviada por Adandozan para o príncipe regente d. João, participando de todos os eventos ocorridos, e solicitando alguns instrumentos para manutenção das guerras. A missiva de c. 1818 encaminhada pelo reino do Daomé, refletia o momento em que o rei Adandozan havia sido deposto por um golpe. Seu irmão, Guezo, o novo rei, procurava informar sobre o novo governo e o auxílio recebido nesse processo pelo mercador Francisco Félix de Souza, bem como apontava a intenção de manter e/ou retomar o comércio de cativos.

A última correspondência foi enviada nos momentos que seguiram independência da Bahia, entre 1823 e 1824. Ao se intitular embaixador do reino de Onim, o tenente-coronel Manoel Alves Lima transmitia informações sobre a movimentação das tropas na Bahia para o recém imperador, e também foi o primeiro a trazer uma mensagem de reconhecimento da independência brasileira.²⁴

Estas correspondências, em sua totalidade, indicam que o uso da língua portuguesa escrita não era apenas um meio de se fazer entendido, mas tentar se aproximar do próprio reino português. No caso do reino do Daomé, grande parte das cartas escritas durante as missões diplomáticas tiveram os agentes régios do Forte de S. Antonio de Ajudá como os responsáveis pelas correspondências. São

²³ Carta do rei de Ardra de 18 de novembro de 1804. In: ANADIA, Visconde de. *Ofícios e documentos enviados a Francisco da unha Menezes relativos a visita dos embaixadores do rei de Dahomey*. Queluz, 30-31/07/1805. Original e cópia. 8 documentos (11 páginas). Anexos outros documentos a respeito. Fundação Biblioteca Nacional (Divisão de Manuscritos). Localização dos originais: II-34,005,004.

²⁴ SILVA, A. C. Cartas de um embaixador de Onim. *Cadernos do CHDD*. Ano IV, n. 6. Ro de Janeiro, 1º semestre de 2005. p. 204.

esses funcionários que garantiam certa norma ou regularidade na forma escrita e que permite comparar com outras cartas escritas por agentes diversos. Outro indicador da importância da palavra escrita é que as cartas encaminhadas pelos reis da costa africana ao rei de Portugal foram assinadas. De toda a correspondência levantada, a grande maioria é de cópias feitas por funcionários do governo estabelecidos na Corte e em Salvador, entretanto, há duas correspondências em que a questão da assinatura fica mais clara: a primeira delas é uma cópia feita por João Felipe da Fonseca, funcionário da Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, quase seis meses depois do envio da verdadeira carta, destinada a d., João Carlos de Bragança, datada de 20 de novembro de 1804, como podemos ver abaixo:



Figura 7 – detalhe da última página da carta enviado pelo rei do Daomé ao Príncipe D. João em 1805.

Neste trecho (figura 7), podemos observar que o escrevão que fez a cópia do original transcreveu, inclusive, a assinatura do rei Adandozan, uma cruz. Neste mesmo documento o rei afirmava que remetia uma carta “*pelo meu Escrevão e assinada por mim entregue ao meu Embaixador, por nome Moaci Jurethi*”. Podemos perceber que o rei fez questão de frisar que a carta encaminhada seguiria assinada por ele e sob a guarda do embaixador. Na carta seguinte, de 1810, o rei de Ardra não assina o seu nome, mas através do símbolo, permanece lá a sua concordância.

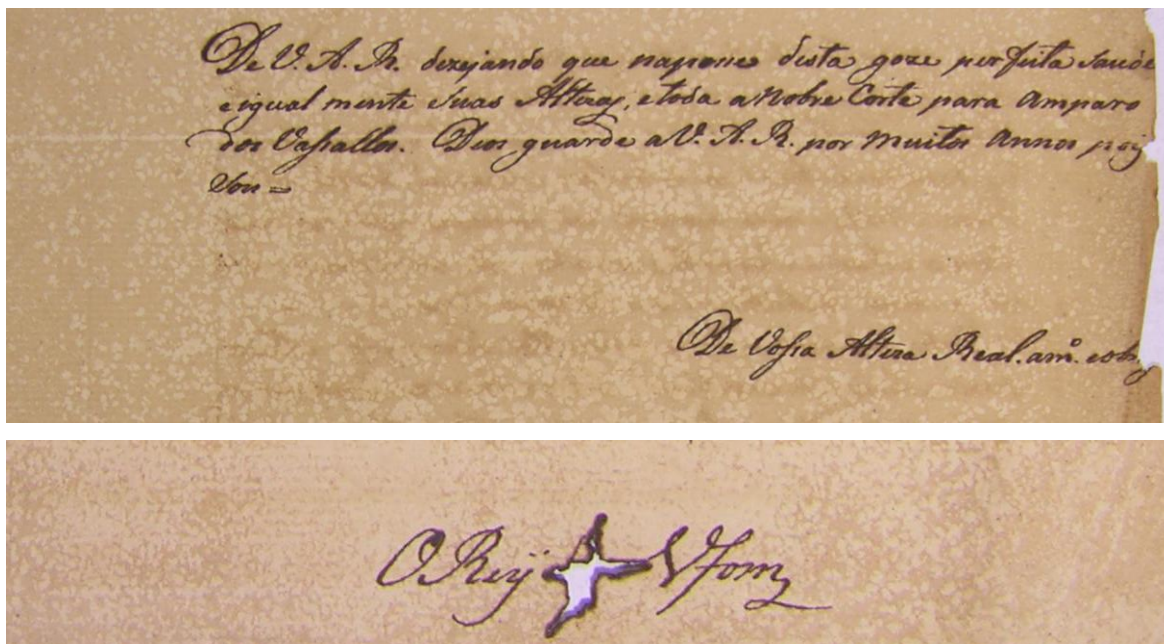


Figura 8 – detalhes da última página da carta enviada pelo rei de Ardra ao rei D. João em 1810

Estas duas imagens (figura 8) fazem parte da mesma página, cujo original encontra-se no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Podemos afirmar que esta página é um original, pois dentre a documentação, há referência de “cópia” no alto da primeira página de uma correspondência, ou quando há um selo com a seguinte inscrição no lugar da assinatura, por exemplo, “Rey D’Agome”. Nela, podemos observar a grafia de quem se dispôs a escrever a missiva para o rei, bem como a rudeza da assinatura de quem não tinha muita intimidade com a pena, mas conseguia fazer o sinal da cruz. Marina de Melo e Souza,²⁵ em artigo sobre o uso de símbolos católicos pelos congolezes durante o século XVI, aponta que o catolicismo foi o principal ponto de comunicação entre portugueses e congolezes, enfatizando adoção dos ritos católicos e incorporação de símbolos, como a cruz, pela elite dirigente. Alceu Ravello Ferraro,²⁶ em artigo sobre analfabetismo e índices de letramento no Brasil, na segunda metade do século XIX, afirma que a assinatura do próprio nome era indicadora do nível de alfabetização, enquanto a assinatura com cruz era indicativa do analfabetismo.²⁷

²⁵ SOUZA, M. M. Crucifixos centro-africanos: um estudo sobre traduções simbólicas. In: ALGRANTI, L. M.; MEGIANI, A. P. *O Império por Escrito: Formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2009.

²⁶ FERRARO, A. R. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil no Brasil. O que dizem os censos? In: *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 23, n. 81, p. 21-47, dez. 2002.

²⁷ Idem. p. 30.

Não podemos afirmar que a cruz assinada pelo rei seja um símbolo religioso, mas indica o grau de literalidade. Jack Goody, antropólogo inglês, esclarece que o significado da assinatura é “o equivalente do juramento oral, é a confissão assinada”.²⁸ Neste sentido, a análise das cartas, e em reinos distintos, nos permite supor que a utilização das mesmas se encontrava no campo das convenções políticas não firmadas, mas que garantiam uma aproximação política com Portugal, através de sinais religiosos, ainda que não se submetesse à mesma.

A efetiva aproximação política acontecia quando havia um mediador entre os reinos, nesse caso, o intérprete. São esses agentes que serão destacados na próxima seção.

4.2. Intérpretes como mediadores culturais

Os intérpretes foram instrumentos importantes na comunicação e nas relações políticas entre os reinos europeus. No continente africano, em especial na costa africana, os intérpretes se fizeram importantes, em virtude do amplo comércio de cativos estabelecido naqueles portos com no mínimo três nações estabelecidas. Nesta seção em especial, enfatizaremos os que se relacionavam com o governo português. Uma pergunta se torna importante: quem seriam esses intérpretes?

O antropólogo Cláudio Costa Pinheiro,²⁹ em artigo sobre a formação de intérpretes na Ásia, na África e na América indica que no início do empreendimento expansionista-colonial, as viagens com destino ao continente africano não tinham somente como objetivo o estabelecimento de relações comerciais, mas obter intérpretes que pudessem viabilizar a continuidade de expansão. Os portugueses, segundo Pinheiro, tinham como marca a produção de intérpretes que eram retirados de suas terras e levados a Portugal, para que fossem batizados e tivessem o domínio da língua portuguesa. Somente depois que

²⁸ GOODY, J. *A lógica da escrita e a organização da sociedade*. Lisboa: Edições 70, 1987. p. 173.

²⁹ PINHEIRO, C. C. *Língua e conquista: formação de intérpretes e políticas imperiais portuguesas de comunicação em Ásia nos alvares da modernidade*. LIMA, I. S. e CARMO, L. do (org). *História Social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

tivessem aprendido a língua é que poderiam retornar, já com a função de intérpretes ou línguas.³⁰

Mas nem todos os intérpretes necessitavam de formação em Portugal. Alberto da Costa e Silva³¹, tal qual Pinheiro, aponta que outros agentes participaram desta função, mas por outras vias. Por muitas vezes, esses outros intérpretes não tiveram que aprender a ler e escrever a língua portuguesa, mas somente aprender a falar a língua do reino em que estavam instalados.

Antonio Manuel Hespanha e Maria Catarina Santos³² defendem que os chamados “lançados”, aqueles aventureiros e degradados que desembarcaram na costa ocidental da África, serviriam como instrumentos de manifestação do poder real de modo indireto e informal, pela possível difusão de termos em língua portuguesa. Neste sentido, e em concordância com o argumento de Cláudio Pinheiro³³, esses autores crêem que a expansão da língua estava associada à ampliação do próprio império português.

De igual modo, os reinos africanos também necessitavam de seus intérpretes para comunicação com os reinos europeus que lá haviam edificado seus fortes, ou iam comercializar nas praias africanas. Ivana Stolze Lima,³⁴ ao refletir sobre a dimensão da linguagem na formação da escravidão africana no Atlântico, indica que a presença europeia também fazia surgir entre os africanos um novo vocabulário e um esforço de recepção desta presença. Ao mesmo tempo destaca, que esse contexto não é marcado por um suposto processo de expansão da língua portuguesa, e sim pela força de códigos locais. Em outras palavras, não se tratava de uma linguagem única, e sim de apropriações da língua representadas por formas pidginizadas ou jargões simplificados utilizados pelos intérpretes. Exemplo disto é a carta de 1810, enviada por Adandozan que, ao descrever uma das batalhas envolvidas por seu reino, fornece elementos de apropriação da língua portuguesa:

[...] pois meu Irmão as Guerras para mim são divertimento assim também com o participo a Vossa Real Alteza sobre outra guerra que tive com o Porto Novo que

³⁰ Idem. p. 33

³¹ SILVA, A. C. Op. Cit. Capítulo “Os Lançados”.

³² HESPANHA, A. M. e SANTOS, M. C. Os poderes num império oceânico. In: MATTOSO, J. (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993. (v. 4)

³³ PINHEIRO, C. Op. Cit. p. 51.

³⁴ Agradeço a professora Ivana Stolze Lima que, gentilmente, cedeu o “mimeo” do primeiro capítulo de livro ainda a ser publicado com o título *Língua nacional, voz escrava*.

tendo uma terra chamada a Gonçã que a cuja terra era uma Ilha cercada de Alagoas vizinho de Porto Novo que se tirando um tiro lá se ouvia aonde eu destruí a dita terra e mandei a presa e fiz para casa e fiquemos na terra assentados e acampados: os do Porto Novo ouvindo tantos tiros vieram com a sua guerra embarcou em canoas a fazerem desembarque e nós Dagomés no mato calados a espera deles que fizessem o seu desembarque começaram a se armar em Guerra aonde vinha feito o Agaû dela o grande e valoroso afamado aDangoge, aonde o meu aGaû depois que os apanho a todos em terra firme mandou lhe quebrar as canoas aonde o dito aDangoge não vendo Dagomé nenhum e pensando que se tinham arretirados começaram a tocar os seus tambores e a beberem a saúde dos Dagomés terem corridos deles e quando chegou o meio dia foi sinal o meu aGaû de pelejar e avançou dos ditos aonde pelejou muito o meu aGaû com eles e os ditos vendo-se muito perseguidos começaram a fugir para a lagoa em procura das Canoas e as não acharam aonde todos foram convencidos aonde não escapou nem um só para ir levar recado da Guerra do El Rei.³⁵

Este trecho revela, além da estratégia de ataque dos Dagomés contra os de Porto Novo, alguns termos usados pelo escrivão como apropriação da escrita para traduzir termos. Exemplo disto é o termo Agaû, que pela descrição dada deveria ser o comandante dos ataques. Mariza Carvalho Soares,³⁶ no último capítulo livro *Devotos da cor*, descreve os congregados da Irmandade de Santo Elesbão, em fins do século XVIII. Da listagem apresentada dois chamam atenção: Luiz Rodrigues Silva e José da Silva, procurador *aggau* e *aggau*, respectivamente. Segundo a autora, *aggau* era um termo correspondente ao general. É interessante pensar a incorporação de elementos do vocabulário da costa africana na carta e a apropriação do português para tal feito.

É importante ressaltar que a comunicação entre os africanos não dependia das línguas europeias, mas o inverso é que era verdadeiro. Neste caso, utilizamos a análise da historiadora Ivana S. Lima sobre o relato do britânico William Smith, que participou de uma expedição da Royal African Company, para mapear a costa africana em 1726; e sobre o dicionário produzido pelo missionário capuchinho,

³⁵ Carta ao Real Príncipe de Portugal D. João Carlos Bragança, (09/10/1810) In: *Dossiê sobre o Reino de Daomé contendo representação, relatório, ofícios e cartas entre o Rei de Daomé e o príncipe regente D. João, d. Maria I e o [5º] conde das Galveias [d. João de Almeida de Melo e Castro] a respeito da arrecadação de cativos; estabelecimento do comércio; furtos e roubos feitos por portugueses; irregularidades nos portos da região; substituição do diretor da Fortaleza de Ajudá; envio de emissários à Bahia; guerra nos sertões de Maquinez, de Nagós, e Porto Novo; confirmação dos laços de amizade entre Portugal e Daomé para facilitar o comércio de escravos; compra de produtos da terra sem tributação e pagamento de serviços de "jornaleiros" quando utilizados* (Originais e cópias de época). IHGB.

³⁶ SOARES, M. C. Conflito e identidade étnica. In: *Devotos da cor*; identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 209.

Bernardo Maria de Cannecattim.³⁷ Segundo a historiadora, esses dois autores reconhecem, em momentos distintos, a ambiguidade dos intérpretes africanos no que diz respeito à apropriação das línguas europeias.

O primeiro relata a tensão da dependência dos intérpretes, já que não podia confiar neles. Isso é desvelado no momento em que Smith descreve a sua chegada a Serra Leoa e descobre, em meio a um ataque do rei Sherbro, que o “linguista da Companhia”, o africano Antonio, os havia traído. A língua, nesse caso inglesa, além de ser apropriada pelo africano, serviria de instrumento político para o mesmo. Já o missionário Cannecattim, cujo dicionário foi publicado em 1804 pela Imprensa Régia em Lisboa, pretendia criar meios que evitassem a utilização de intérpretes no reino de Angola, onde viveu por vinte anos. O dicionário foi um dos primeiros a traduzir uma língua africana, quimbundo, para o português, e também indica a posição hierárquica que o religioso estabelece entre as línguas. Isto se torna claro ao indicar que, se o dicionário fosse do “idioma de uma nação culta e civilizada”,³⁸ não haveria necessidade de indicar a sua utilidade, pois é de conhecimento geral que as línguas sábias (ou europeias) seriam depósitos riquíssimos dos progressos do espírito humano.

O missionário capuchinho vai além, indicando que o conhecimento da língua seria útil não só na expansão do cristianismo nos locais onde a língua quimbundo, naquela época chamada bunda, era falada, como poderia auxiliar o comércio e os interesses políticos do reino português. Desse modo, poderia dispensar o uso dos intérpretes, que eram “*negros do País, gente bruta, que ignora uma grande parte da sua própria Língua e que da Portuguesa sabe apenas os termos mais vulgares e usuais*”.³⁹ Ainda que fossem “brutos”, Cannecattim reconhece o poder que os negros possuíam, já que poderiam deturpar a comunicação. Ele lembra que todas as representações feitas em Angola eram traduzidas pelos intérpretes, e que os mesmos poderiam tomar partido e comprometer a justiça, o que de igual modo poderia acontecer com o comércio. Dependendo dos intérpretes, “negros venais”, poderia expressar prejuízo para os comerciantes e para a Real Fazenda.⁴⁰ Acreditamos que o reconhecimento do

³⁷ CANNECATTIM, B. M. *Diccionario da língua Bunda, ou angolense, explicada na portugueza, e latina*. Lisboa: Imprensa Régia, 1804.

³⁸ *Idem*, p. I.

³⁹ *Idem*, p. II.

⁴⁰ *Idem*, p. IV.

“mau” uso da língua portuguesa dado pela análise do missionário capuchinho não era similar na costa africana que estabeleceu relações políticas e comerciais com o governo português.

A apropriação da língua pelos africanos, nesse caso a portuguesa, mesmo que de forma pidginizada, e o reconhecimento dos diversos usos da língua, nos remete aos conceitos de circulação e trocas culturais utilizados pela historiadora Maria Cristina Cortes Wissenbach.⁴¹ Em artigo que utiliza algumas práticas médicas, para problematizar a questão da propagação de conhecimentos no circuito atlântico luso-afro-americano, a autora discute o estabelecimento dos europeus no ultramar, e os encontros culturais decorrentes desse processo. Wissenbach também destaca que as narrativas analisadas como fontes ganham historicidade, sendo distintas em sua natureza e na forma de se relacionar com as sociedades, visto que são diferentes os agentes que a produzem: a visão do missionário, por exemplo, será distinta do mercador e do soldado.⁴²

As narrativas analisadas nesta dissertação não enfatizam relatos de viagem e sim cartas e os agentes que as escreveram ou participaram do processo. Isso nos permitiu distinguir ao menos quatro grupos de intérpretes que estiveram no reino do Daomé no período estudado: os funcionários portugueses do forte de Ajudá, os missionários, os prisioneiros portugueses e os africanos. Destes quatro grupos, podemos subdividir em dois grupos maiores: o primeiro diz respeito aos intérpretes que tinham o domínio da língua falada, e o outro grupo, o da língua escrita. Esta divisão foi baseada no levantamento documental e na análise do mesmo, indicando que a troca de cartas entre os reinos do Daomé e de Portugal foi mais intensa que a de outros reinos. Por este motivo, a nossa análise se baseia nas cartas trocadas entre os reinos do Daomé e de Portugal, visto que permitiu estabelecer um parâmetro de comparação no que se refere à forma e ao conteúdo.

⁴¹ WISSENBACH, M. C. C. Ares e azares da aventura ultramarina: matéria médica, saberes endógeno e transmissão nos circuitos do Atlântico luso-afro-americano. In: ALGRANTI, L. M.; MEGIANI, A. P. *O Império por Escrito: Formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2009.

⁴² Idem. p. 378.

4.2.1. Intérpretes da língua falada

Em geral, esses intérpretes já se encontravam na própria administração do governo daomeano, como é o caso do Yovogan,⁴³ conhecedor das línguas e responsável por fazer o comércio nos fortes europeus. Também é de nosso conhecimento, que o próprio rei daomeano possuía um intérprete na capital Abomé, conhecido como Leguedé.⁴⁴ Ademais, a própria população do porto de Uidá poderia ser conhecedora de algumas das línguas que por lá transitavam, hipótese defendida por Robin Law, que sugere a possibilidade da população portuária conviver num ambiente de multilinguismo.⁴⁵

Os intérpretes que participavam das embaixadas se encontravam, geralmente, próximos à corte do rei. A embaixada que esteve presente em Salvador no ano de 1750, recebeu segundo Mascarenhas: “*o embaixador com dois gentishomens, com um intérprete da sua nação que sabia suficientemente a língua portuguesa*”.⁴⁶

Nesta primeira embaixada, podemos identificar a presença de um negro como intérprete que sabia “suficientemente” a língua portuguesa, garantindo-lhe função de mediador. Acreditamos que tal como os embaixadores, estes intérpretes eram agentes que possuíam alguma credibilidade junto ao rei. Como referenciou Mascarenhas, o dito intérprete era da mesma nação que os embaixadores. Do relato de J.F.M.M. é dado a conhecer, também, os intérpretes do vice-rei conde de Atouguia: “*tinha o Vice-Rei junto de si dois intérpretes, um português que havia assistido em Angome, um mulato filho da Mina, que falava elegantemente a sua língua*”. Desta descrição, podemos perceber os grupos sociais utilizados para atividade de tradução. O primeiro, português, provavelmente foi funcionário do forte português, o que permitiu uma imersão na língua e cultura daomeana, possibilitando-lhe a função, quando de seu retorno para Salvador; ainda que este tipo de presença não fosse tão frequente como indica o próprio relato de

⁴³ LAW, R. Op. Cit. p.106.

⁴⁴ LESSA, C. R. Op. Cit. p. 60.

⁴⁵ Idem. pp. 75-76.

⁴⁶ *Relação da embaixada que mandou o poderoso rei de Angome Kigy Chiri Branoon, senhor dos dilatadíssimos sertões da Guiné.* Sem data, sem local, 6 folhas [incompleto] Localização: Lata 106 – Doc. 12. IHGB. e *Memória escrita por José Freire Montenegro Mascarenhas a respeito da embaixada que o rei de Daomé, Kiay Chiri Broncom, enviou ao [10º] conde de Atouguia, d. Luis [Pedro] Peregrino de [Carvalho de Meneses e] Atáide, vice-rei do Brasil.* Inclui introdução sobre Daomé, seus costumes e a recepção do vice-rei.

Mascarenhas. O segundo, o mulato filho da Mina, deveria ser originário do porto da Costa da Mina⁴⁷, de onde vinha grande parte dos negros que abasteciam o porto baiano, como o próprio Pierre Verger argumenta em seu livro.

A segunda embaixada enviada teve como intérprete Luiz Caetano, no ano de 1795. Na carta de apresentação, o rei Agonglô indica: “*Envio na presença de Vossa Excelência meu branco chamado Luiz Caetano, e com ele dois embaixadores cuja missão já vós é conhecida*”. Mais discussões sobre este caso foram apresentadas no capítulo anterior, mas retomemos a ideia de que o “branco” a que se refere o rei era, na verdade, um escravo mulato que havia pertencido ao diretor do forte de Ajudá e que, fugido, solicitou a proteção do rei Agonglô.⁴⁸ A adjetivação de Luiz Caetano descrita na carta pode ser tanto pelos modos de agir quanto pelo uso da língua europeia, nesse caso a língua portuguesa.

A embaixada seguinte foi composta por dois embaixadores acompanhados de um intérprete brasileiro, Innocência Marques de Santa Anna, e enviada por Adandozan em 1805. Este é o intérprete de que dispomos mais informações. É Francisco da Cunha Meneses, governador da Bahia que fornece indícios sobre a biografia dele ao encaminhar uma carta para o visconde de Anadia:

Não tendo podido depreender a Carta do dito Rei o fim a que se dirige esta sua mensagem, procurei entrar no espírito dela por intenção do intérprete ou língua dos mesmos embaixadores, o pardo Innocência Marques, natural desta Cidade, e que foi aprisionado injustamente na guerra que aquele potentado deu ao de Porto Novo, onde ele se achava por ter ido na Corveta *Dianna* à negociação de escravos.⁴⁹

Dentre as informações dadas pelo governador da Bahia, Innocência é identificado como um mercador de escravos, que se encontrava no grupo de outros portugueses cativos, possivelmente aprisionados durante o resgate de escravos naquela costa. Por seus favores e diligência demonstrada ao acompanhar esta embaixada, o intérprete recebeu o “Posto de Capitão do quarto Regimento de

⁴⁷ Ver artigo da professora Mariza Carvalho Soares. Nações e grupos de procedência. In: *Devotos da cor*; identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; para entender melhor a ideia de que um escravo Mina não necessariamente é originários deste local, mas foi importado neste lugar.

⁴⁸ VERGER, P. Op. Cit. p. 287.

⁴⁹ Carta do Visconde de Anadia de 15 de março de 1805 In: ANADIA, Visconde de. *Ofícios e documentos enviados a Francisco da unha Menezes relativos a visita dos embaixadores do rei de Dahomey*. Queluz, 30-31/07/1805. Original e cópia. 8 documentos (11 páginas). Anexos outros documentos a respeito. Publicação Anais da BN, vol. 68. Fundação Biblioteca Nacional (Divisão de Manuscritos).

milícias de Homens Pardos da cidade da Bahia”, e ainda uma recomendação de Sua Alteza Real, para que o governador Francisco da Cunha Menezes pudesse, assim que tivesse ocasião, empregar Innocêncio na Costa da Mina e da Guiné em função da vantagem que resulta “*saber a língua do país e do conhecimento daquela costa e seus portos*”.⁵⁰

Em 09 de outubro de 1810, referido a quarta missão diplomática do Daomé e segunda enviada por Adandozan, Innocêncio é mais uma vez lembrado, mas agora com uma reclamação:

Também vou informar do Innocencio que quando conduziu os meus Embaixadores a recebeu de minha mão vinte e quatro escravos para me fazer venda deles e me comprar várias encomendas da terra do branco aonde os ditos cativos chegaram todos vivos na Bahia que até o fazer desta ainda não recebi nem valor de uma agulha nem alfinete.⁵¹

Nas cartas trocadas anteriormente, não há menção destes escravos encaminhados, nem da ordem de vendas. O trecho da carta enviada por Adandozan, bem como seu conteúdo, referencia a crise pelo qual passava o porto de Ajudá em decorrência da proibição do tráfico feito pela Inglaterra e, do progressivo abandono dos fortes pelos europeus. Nisso podemos compreender certo desespero do rei, já que as suas encomendas não foram recebidas, muito menos o retorno de seus investimentos em peças vivas.

Das correspondências referidas às embaixadas, essas foram as únicas indicações de intérpretes da língua falada. Como podemos perceber, o caso de Innocêncio Marques destoou das outras indicações em virtude do papel que ele adquiriu como um intérprete, não mais do rei daomeano, mas do reino de Portugal, para dar informações acerca do que acontecia na costa africana. Como foi ressaltado pela Alteza Real, o conhecimento da língua poderia garantir

⁵⁰ Carta de Visconde de Anadia para o governador da Bahia (20/07/1805). Idem.

⁵¹ Carta do rei do Daomé para o Príncipe D. João (09/10/1810). In: *Dossiê sobre o Reino de Daomé contendo representação, relatório, ofícios e cartas entre o Rei de Daomé e o príncipe regente D. João, d. Maria I e o [5º] conde das Galveias [d. João de Almeida de Melo e Castro] a respeito da arrecadação de cativos; estabelecimento do comércio; furtos e roubos feitos por portugueses; irregularidades nos portos da região; substituição do diretor da Fortaleza de Ajudá; envio de emissários à Bahia; guerra nos sertões de Maquinez, de Nagós, e Porto Novo; confirmação dos laços de amizade entre Portugal e Daomé para facilitar o comércio de escravos; compra de produtos da terra sem tributação e pagamento de serviços de "jornaleiros" quando utilizados* (Originais e cópias de época)

Local: Bahia, Palácio de Queluz, Abomé
África/Daomé ACP. Aurélio H. Leal. IHGB.

vantagens, mas também poderia causar tensões como, por exemplo, a reclamação de Adandozan, quase cinco anos após Innocêncio Marques ter sido remetido com os embaixadores e nunca mais voltado.

4.2.2. Intérpretes da língua escrita

Momentos de tensão também faziam parte da vida dos intérpretes que ficavam na costa africana. Não era somente uma categoria de intérprete que era responsável pela escrita das cartas encaminhadas para o outro lado do Atlântico. O forte português em Uidá, por exemplo, representação do poder naquela localidade, servia de intermediário entre o rei daomeano e o governo português, mas nem sempre seus serviços estavam disponíveis. Para tal, o rei se utilizava de outros agentes para escrever as cartas, tornando-as uma rica documentação, em razão da diversidade de formas, e maior variação de conteúdo. Além de expressar as tensões existentes, e também ressaltar as tentativas de afirmação do poder.

a) *Funcionários do governo português instalados no forte*

Dentre a documentação estudada, a que tem o maior volume de correspondências trocadas são as embaixadas de 1795 e 1805, encaminhadas pelo rei Agonglô e seu sucessor, Adandozan. Estas cartas foram reconhecidamente escritas pelo tenente do forte, Francisco Xavier Álvarez do Amaral, que estava em momento de tensão com o diretor do forte, Francisco Antônio da Fonseca Aragão. A autoria da carta foi, inclusive, indicada pelo governador da Bahia, Fernando José de Portugal, no momento em que encaminhava um ofício para o secretário de Estado em Lisboa:

[...] à vista da carta que me apresentaram do Rei Dagomé, escrita pelo Tenente nossa Fortaleza de Ajudá, a quem ele mandara chamar para este fim, e da participação que me fez o mesmo Diretor da sua vinda, e da consideração de que convém a boa harmonia que este Potentado sumamente ambicioso e soberbo.⁵²

⁵² AHU, documento da Bahia 16.143.

Este trecho da carta dá margem à interpretação, de que o rei daomeano havia convocado o tenente do forte para escrever a carta. Não é demais lembrar, que o rei daomeano dificilmente se ausentava da capital Abomé, e que os europeus só tinham audiências com o rei mediante autorização do mesmo, conforme indicou Robin Law.⁵³ Ao analisar a mesma, constatamos que os interesses do tenente eram tão maiores quanto o do rei africano. Em carta enviada para a rainha d. Maria em 20 de março de 1795, há as seguintes solicitações feitas pelo rei Agonglô:

Fidelíssima Senhora Dona Maria Primeira

Lembrando-me da grande amizade que El-Rei Meu Senhor e Pai que a Santa Glória haja, e os mais senhores Reis, seus predecessores conservavam sempre a Vossa Majestade, de com os seus leais vassallos tanto Diretores como Negociantes que a este Porto tem vindo, e eu desejando também a mesma amizade, boa união, e é fiel paz de Vossa Majestade, e que por esse meio se veja o meu Porto frequentado das embarcações portuguesas, por aumento tanto dos Vassallos de Vossa Majestade e como ao meus e os Vossos Tesouros em maior aumento, porém, como não possa haver amizade firme e fiel entre os soberanos, quando e de qualquer das partes, vassallos pouco fieis as Leis dos seus monarcas transgredindo-as a fim de aumentarem fazendo pelo espírito de ambição e avareza que os domina, não podendo, nem pondo adiante a honra com que devem servir os lugares que os seus soberanos lhes confiam e a causa desta minha narração, são as razões que abaixo exponho. Foi Vossa Majestade e servida mandar para o Diretor da Fortaleza que tem neste meu Porto, a Francisco Antonio da Fonseca e Aragão, o qual inteiramente [...] obrigações do seu porto, cuidando em aumentar fazenda, com [...] grande do Posto que Vossa Majestade lhe conferiu. Depois que tomei posse do governo há seis anos por falecimento do meu muito amado Rei Senhor e Pai, tenho informado, e do viver do meu Muito amado Rei Senhor e Pai, tenho informado-me do viver do Diretor e do modo com que serve a Vossa Majestade e julgo segundo as retas Leis que Vossa Majestade e tem baixado para bem do seu Real Serviço, que ele os tem transgredido, assim com me tem escandalizado por faltar as obrigações que de seu posto [...]

[...] E ficou sem castigo esse Diretor por me lembrar havia sido nomeado por Vossa Majestade para a Fortaleza, deixo a sua punição à Real vontade de Vossa Majestade.

[...] É o que se me ofereceu fazer presente a Vossa Majestade, de quem espero exemplar castigo, como costuma em semelhantes casos.

Espero que Vossa Majestade me não poupe com enviar-me as suas Reais Ordens, que eu no cumprimento delas, darei a conhecer a Vossa Majestade a fiel amizade que lhe professo. Deseja a Real Pessoa de Vossa Majestade e a toda Real Família, prósperas felicidades.

Deus guarde a Real Pessoa de Vossa Majestade por dilatados anos.

Abomé, 20 de março de 1795.

De Vossa Majestade o mais fiel Amigo muito Venerador

Assinado o Rei de Dagomé. [com uma cruz]

⁵³ Cf. no capítulo “Pela manutenção da nossa amizade”. Os reinos de Daomé, Ardra e Onim e sua relação com Portugal.

por João Pontes (Cópia).⁵⁴

Há indícios de que o tenente, que chegou ao forte em 1791,⁵⁵ possa ter convencido o rei daomeano sobre o comportamento do diretor do forte, e que é retomado em momentos distintos da missiva, conforme podemos ver acima. O rei daomeano, pelas mãos do escrivão, aponta uma condição para a boa amizade entre os soberanos: que os vassallos ou funcionários de ambas as partes possam garantir os interesses de seus reinos. Isto não estava ocorrendo, pois segundo Agonglô, o diretor do forte, Francisco Antônio da Fonseca Aragão, que estava no cargo desde 1782, estava desrespeitando as leis portuguesas em função de sua ambição.

A carta indica ainda, quais seriam essas atividades do “vassallo pouco fiel as Leis dos seus monarcas”, apontando para o não cumprimento das obrigações na fortaleza de Ajudá, e do seu interesse em aumentar as suas próprias fazendas. Também chama a atenção, o clamor por justiça feito pelo rei daomeano, sugerindo que só não havia castigado o diretor, por ele ter sido indicado pela Majestade portuguesa. Ao fazer este clamor, Agonglô solicita um castigo exemplar, como acontecia em “semelhantes casos”. Desconhecemos que o rei saiba maiores informações sobre as punições dos diretores ou funcionários do forte que tenham cometido semelhantes faltas. Desde a tomada da cidade de Uidá pelos daomeanos em 1727, e a instalação do forte nesta cidade em 1721 por Joseph de Torres, até aquele momento, o forte teve nove diretores: Francisco Pereira Mendes (1721-1728), João Basílio (1728-1743), padre Martinho da Cunha Barboza (1743-1746), Félix José de Gouveia (1746-1751), Luiz Coelho de Brito (1751-1752), Theodozio Rodriguez Costa (1752-1759), Félix José da Gouvêa (1759-1762), José Gomes Gonzaga Neves (1764-1767), Bernardo Azeredo Coutinho (1778-1881). Alguns desses diretores, em especial os primeiros, haviam sido punidos pelo governo português, mas não acreditamos que todo o processo tenha chegado à capital Abomé. Cremos que o tenente Francisco Xavier Álvares do Amaral tenha influenciado Agonglô nos principais argumentos contra o diretor.

Se o tenente tinha alguma intenção em assumir o cargo na diretoria do forte, ou se beneficiar de algum outro modo, ele não pode desfrutar dos resultados

⁵⁴ Carta do rei do Dagomé à d. Maria (20/03/1795). In: *Cartas, relatórios e outros documentos relativos à visita dos Embaixadores do Rei de Dahomey*. Fundação Biblioteca Nacional (Divisão de Manuscritos)

⁵⁵ VERGER, P. Op. Cit. p. 256.

de seu intento, já que havia falecido por volta de 1799. Reclamações sobre a direção do forte não eram uma novidade. Em outra carta, de período precedente, podemos observar o conteúdo e até mesmo a forma similar das cartas enviadas pelo rei daomeano:

[...] que o Diretor tem com estes procedimentos escandalizado não só aos da terra, mas também aos que nela vão fazer negócios; em que forma que virão a deixar aquele Porto de Ajudá cuja Fortaleza não dá utilidade a Real Fazenda [...] Os comerciantes [...] não tem [...] necessidade de ir dele sofrer os dispositivos do Diretor; na mesma Costa [...] existe outros para os [...] negócios de escravos. Porque de Ajudá, oito léguas pela costa a pé, o Porto de Apé; e deste duas léguas esta o Porto Novo, ... dos principais para o negócio, e deste a nove léguas está o Porto de Badagre; e mais abaixo o de Onim, e assim se vão seguindo os mais, de sorte que escandalizados os comerciantes tem muitos portos onde vão negociar sem ser o de Ajudá onde está a Fortaleza em que reside aquele Diretor de suas próprias conveniências.⁵⁶

Nesta carta escrita pelo escrivão almoxarife da fortaleza de Ajudá contra o então diretor, Bernardo Azevedo Coutinho, notamos reclamações similares às do tenente Francisco Xavier Álvarez do Amaral, acerca da má administração do forte, do prejuízo no “negócio dos escravos” e dos interesses do diretor, que eram maiores que os interesses do governo por ele representado.

Esta documentação produzida pelos funcionários régios possuía algumas características específicas além de ter o forte como tema principal, as cartas apontam para uma sofisticação em sua forma e conteúdo. Nessas correspondências, podemos identificar também, momentos de tensão entre as partes e jogos de interesse não só no que diz respeito aos reinos, mas dentro da própria estrutura administrativa do governo português. Vejamos outro agente pertencente ao reino português e que não estava submetido à administração.

b) Missionários

Outro mediador foi o padre Vicente Ferreira Pires a quem indicamos no capítulo precedente. Este clérigo e o padre Cipriano Pires Sardinha foram encaminhados pela rainha d. Maria para acompanhar o retorno dos embaixadores do reino do Daomé, que estiveram em Portugal em 1796. Como vimos anteriormente, a embaixada de 1796 foi encaminhada pelo rei no intuito de

⁵⁶ Carta de Jerônimo Gomes, escrivão do almoxarife da fortaleza contra o diretor Bernardo Azevedo Coutinho. (23/06/1781). APUD Verger, P. Op. Cit. p. 235.

exclusividade comercial. Sendo a primeira das embaixadas daomeanas remetidas a Portugal, seus embaixadores se converteram à religião católica, segundo consta em diversas correspondências enviadas pela Secretaria de Estado português ao governador da Bahia, e ao rei do Daomé. Sua Majestade havia se impressionado com a atitude de conversão dos embaixadores, e encaminhou os padres “na intenção de catequizarem o mesmo rei e convertê-lo ao cristianismo”.⁵⁷

Sendo providos pelo governo da Bahia, os padres foram enviados para o Daomé no dia 29 de dezembro de 1796,⁵⁸ depois de passar alguns meses nesta capitania. Durante a sua estada missionária no Daomé, além de posteriormente relatar suas desventuras naquele reino, Vicente Ferreira Pires, único padre sobrevivente da viagem, fez as vezes de escrivão, e remeteu três cartas do recém empossado rei Adandozan ao príncipe d. João.⁵⁹ O padre não tinha o domínio da língua falada no Daomé, como bem podemos notar, através de seu relato, quando de sua primeira audiência com o rei Agonglô,

[...] dispostos os intérpretes [...], nos assentamos, e desta maneira ouvimos em português, pelo Leguedé, intérprete do Rei. Respondemos pelo mesmo idioma, e por nosso intérprete, o embaixador; e logo o Rei nos fez perguntar como estava seu irmão o Rei de Portugal, ao que respondemos.⁶⁰

Acreditamos que ele se utilizou do mesmo expediente para escrever as primeiras cartas do rei Adandozan para Portugal. Segundo Pierre Verger, é possível perceber as diferenças entre as cartas escritas, e isto pode ser observado através de uma breve análise do conteúdo das cartas. Clado Ribeiro Lessa, em apresentação sobre o relato do padre, indica que sob o aspecto literário e gramatical, Vicente Ferreira Pires deixava muito a desejar, pois tinha uma “má” redação, que era um grande motivo para que o relato não fosse publicado no Brasil tal qual o original.⁶¹ Como havia mencionado, o meu objetivo não é analisar ou problematizar a intencionalidade daqueles que servem de intérpretes (tanto oralmente quando através da escrita) e sim a forma como a comunicação se

⁵⁷ Carta do secretário português para o governador da Bahia. (07/03/1796). In: *Cartas, relatórios e outros documentos relativos à visita dos Embaixadores do Rei de Dahomey*. Queluz, Abomé, fevereiro de 1796. 8 documentos. Originais e cópias. 10 folhas. Fundação Biblioteca Nacional (Divisão de Manuscritos).

Microfilme: MS-512 (51) Documento 56.

⁵⁸ LESSA, C. R. Op. Cit. p. 7.

⁵⁹ VERGER, P. Op. Cit. p. 261.

⁶⁰ LESSA, C. R. Op. Cit. p. 60.

⁶¹ LESSA, C. R. Op. Cit. pp. XVII-XVIII.

revela um espaço de demonstração de poder e de tensões. Ainda que as cartas do padre tenham conteúdos distintos, elas se inserem nessa perspectiva, que veremos a seguir.

A primeira missiva, não datada, possuía o seguinte conteúdo:

Sereníssimo Senhor,

Como eu estou tão acostumado a receber favores tão preclaros de V. Alteza... [gostaria que me fizesse]... a honra de me mandar uma carruagem que seja boa, cuja despesa eu satisfarei na Fortaleza de V. Alteza, e igualmente quero que V. Alteza me faça o favor de mandar de Pólvora duzentos ou trezentos barris, cujo bom pagamento eu farei em excelentes cativos na mesma Fortaleza de V. Alteza, cujo mesmo bom pagamento me obrigo a fazer por todas as peças de seda que V. Alteza, com a cautela dela as não partirem, e Espingarda das que usam a gente de guerra de V. Alteza, e algumas mais curtas; chapéus de sol, o mais grande que possam ser e ricos, e um ou dos centos de xifarontes com os seus bocais e ponteiras de prata eu sejam bons, não passe de três palmos e outro mais compridos, e alguns frascos lapidados grandes e pequenos para conservar bebidas, e algumas galanterias com que V. Alteza me queira fazer o favor de honrar e mais doze cadeiras boas e vinte e quatro chapéus de galão de prata e ouro, do que tido eu farei bom pagamento em escravos bons no Forte de V. Alteza. Deus guarde a V. Alteza. De V. Alteza seu irmão.

Rey Dagomé.

E torno a advertir V. Alteza que os barris de pólvora que [...] seja boa feita, com muita largura, por dentro que traga e leve bastante pólvora, e há de ser de madeira boa, que não bota pólvora a perder.⁶²

Este documento se aproxima muito dos que foram analisados. O rei solicitando objetos que viessem reforçar seu poder bélico e reafirmar sua posição com objetos destinados a esse fim. No caso desta carta, ainda que não seja datada, acreditamos que foi enviada pelo rei Adandozan, visto que o próprio governador da Bahia encaminhou um parecer em 19 de dezembro de 1799 para Portugal, afirmando que, “parece que as cartas do Príncipe de Dagomé estão escritas pelo próprio punho do Padre Vicente Ferreira Pires”.⁶³ Para um rei recém-empossado, as solicitações feitas vinham ao encontro de dirimir quaisquer dúvidas acerca de seu poder; já que lutas pelo trono foram empreendidas, seja através de peças luxuosas ou pela força. Além disso, demonstrava claramente seu interesse pela manutenção do comércio estabelecido com o outro lado do Atlântico, ao indicar o fornecimento de bons escravos para o forte português.

⁶² Carta do Rei do Daomé a príncipe D. João. APEB, 89, fl.345. APUD VERGER, P. Op. Cit. p. 261.

⁶³ APEB, 137, f. 246. APUD VERGER, P. p. 261.

A segunda carta enviada por Adandozan possui uma forma e um conteúdo diferente da primeira, onde não há referências às “galanterias” solicitadas, muito menos ao comércio de cativos:

Sereníssimo Senhor

Recebeu o meu amado Pai com a ultima alegria os Padres e as cartas que Vossa Alteza lhe enviou, e sobrevindo-lhe dentro em pouco dias a doença leve de poucas bexigas, se aproveitaram os opostos ao seus sistema a esta ocasião e o mataram com veneno no termo de duas horas. Esta desgraça transtornou tudo [quanto] o Senhor Rei meu Pai tinha projetado, e inabilitou-me para eu poder condescender com a vontade de V. Alteza e nem poder dar adiante um só passo sem o Conselho dos meus secretários. O meu embaixador me certificou das muitas honras e grandezas com que não pude viar [tratar] o mesmo com os padres enviados por Vossa Alteza porque me não deu tempo a rigorosa moléstia que os atacou por três luas neste país.

Não tenho mais que diga a V Alteza senão que eu terei o ultimo cuidado de que sua Fortaleza seja respeitada com todos os seus oficiais, com aquele cuidado que me merece o afeto com que V. Alteza me estima.

Deus guarde V. Alteza muitos anos para glória e felicidade dos seus Povos.

De V. Alteza

O Irmão muito afetivo

Adanzuran, rei do Dagomé

Remeto a V. Alteza quatro dentes de elefantes e dois panos de Algeres para o meu irmão; perdoe-me a pouca limitação.⁶⁴

A forma desta carta em muito se aproxima da analisada no item anterior, na qual são dadas informações sobre as últimas notícias do reino do Daomé. O rei faz uma aproximação com o governo português, ao relatar a recepção feita por um agente dele, e aborda a questão do cuidado com o forte português. Além disso, termina a carta ofertando presentes ao rei, ainda que o presente seja limitado, ou sem o valor que ele acreditava que fosse merecedor neste tipo de relacionamento. Segundo Pierre Verger, esta carta pode não ter sido escrita pelo padre Vicente Ferreira Pires, já que o estilo é um tanto quanto diferente. E segundo a suspeita do etnólogo francês, ela pode ter sido ditada pelo tenente do forte, Francisco Xavier Álvares do Amaral. Independente da suspeita de Verger, esta pesquisa entende que haja participação do padre na escrita da correspondência, ainda que o tenente tenha alguma participação no processo de escrita em virtude das informações constantes referente à recepção dos padres pelo rei Agonglô.

A última carta em nada se parece com as precedentes, cujo conteúdo aparece diluído em diversas outras cartas escritas pelos funcionários do forte:

⁶⁴ APEB, f. 348. APUD VERGER, P. Op. Cit. p. 262.

Sereníssimo Sn. d. João Príncipe de Portugal.

Meu Irmão. No dia 9 de setembro de 1797 de mim se veio valer o Pe. Vicente Ferreira Pires, ainda doente como estava, depois de eu ter despachado para Ajudá, queixando-se com muita razão contra o Diretor, agora vejo quando pode um Diretor; eu ouvi tudo quanto me disse o Padre, e ele melhor lhe dirá, e para evitar muita escrita só digo que ultimamente...[vem]... dando-lhe mil maltratações, que me diz o Pe. Vicente. Se é assim ou não melhor lhe dirá o mesmo padre. O dito Diretor passou ordem ao capitão do navio para não receber o Pe. Vicente a bordo do navio, e como foi Deus servido levar para si o Pe. Cipriano... o Pe. Vicente e é que me leva todas as ordens a V. Alteza. Escrevi ao dito Governador ou Diretor para deixar embarcar o Pe. Vicente e ir aos pés de V. Alteza, peço-lhe muito e desejo que V. Alteza o despache a este Padre naquilo que ele pedir, pois muito parece pelos trabalhos e doenças que é compadecido. E mais não tenho que dizer a V. Alteza; que Deus guarde por muitos anos. Deus guarde por muito e muita felicidade para amparo de seus povos.

Seu Irmão muito obrigado

Andaruzá Rei o Dagomé⁶⁵

Diferente de qualquer missiva escrita, esta carta apenas procura traçar elogios ao referido padre, e informar das queixas que o clérigo tinha do diretor do forte. Em nenhuma outra carta, nem anterior nem posterior, um rei daoméno pedirá tanta mercê a uma pessoa. Nas cartas analisadas, os reis da costa africana se comunicavam por dois meios: intérpretes e através de cartas. Em todas, os reis aproveitavam os poucos momentos de trocas de informação para dar notícias dos acontecimentos de seu reino, fazer solicitações, informar de presentes recebidos e, principalmente, oferecer o comércio exclusivo de cativos com Portugal. Acreditamos, tal qual Verger, que esta carta pode ter sido inventada, inclusive a assinatura do rei pode ter sido falsificada, levando em consideração que o sinal da cruz não era de difícil cópia.

Então, qual o motivo dessas cartas, pretensamente escritas pelo padre Vicente Ferreira Pires, serem selecionadas para essa parte da dissertação? Em primeiro lugar, por elas estarem relacionadas à viagem missionária que foi resposta de uma embaixada encaminhada pelo rei daoméno em 1796. E segundo, porque elas são capazes de indicar os espaços de tensão entre diversos agentes sociais, como o rei e os diversos grupos que se opunham à sua posse, como o padre e o diretor do forte; e situações diversas como a tentativa de manutenção do tráfico durante um momento de sucessão de reis.

Além disso, é interessante até mesmo notar o esforço do próprio padre ao escrever uma carta em que elogia a si próprio, entendendo a importância da

⁶⁵ APEB, 89, f. 346. APUD VERGER, P. Op. Cit. p. 262.

palavra escrita e reconhecendo, mesmo que indiretamente, o poder do rei daomeano utilizando inclusive uma assinatura do mesmo. Por outro lado, o rei também reconhece a importância da palavra e da mesma escrita em língua portuguesa. Não é sem razão, que o pai de Adandozan, Agonglô, havia solicitado “um homem que bem saiba ler e escrever”.⁶⁶ Quando faltavam homens com essas qualidades, e os mesmos não eram enviados pelo governo português, o reino do Daomé se utilizava de outros agentes para se comunicar.

c) Prisioneiros

Depois de seu pai, Agonglô, ter reclamado do diretor do forte, na embaixada de 1795, Adandozan encaminha uma nova embaixada, como vimos no tópico “intérpretes de língua falada”. O intérprete enviado juntamente com a embaixada de 1805, Innocêncio Marques de Santa Anna, era um comerciante brasileiro que havia sido aprisionado pelo rei daomeano durante a guerra com Porto Novo. Nesta mesma embaixada, outro intérprete, João Sathe, não teve a mesma sorte de Innocêncio em ser remetido para Salvador.

Em carta, cujo trecho tornou-se epígrafe deste capítulo, o João Sathe toma a decisão de se identificar, vislumbrando a chance de que a ida de Innocêncio Marques juntamente com a embaixada poderia levar a Corte portuguesa a fazer o resgate dos infelizes portugueses.

Eu, escrivão deste cruel Rei, que aqui me acho há 23 anos fora dos Portugueses, V. R. Majestade me queira perdoar o meu grande atrevimento como me mandam fazer esta, à força a fiz por não ter outro remédio, pois quem poderá expressar o que viu é este que vai, por nome Inocêncio. Como eu há 23 anos ainda não achei outro cristão como este, me fará aviso do que viu e o que padeceu, e como tratam os pobres portugueses nesta terra. Eu faço este pequeno aviso porque todos quantos assistem na vista desta não sabem ler; e não me estendo mais por não causar desconfiança. Meu Sr. Jesus Cristo queria lembra-se de todos quantos aqui

⁶⁶ Essa informação nos é dada através de uma carta enviada pelo Príncipe dom João ao rei do Daomé, em 6 de janeiro de 1796, como resposta a primeira encaminhada ao daomeano. In: *Dossiê sobre o Reino de Daomé contendo representação, relatório, ofícios e cartas entre o Rei de Daomé e o príncipe regente d. João, d. Maria I e o [5º] conde das Galveias [d. João de Almeida de Melo e Castro] a respeito da arrecadação de cativos; estabelecimento do comércio; furtos e roubos feitos por portugueses; irregularidades nos portos da região; substituição do diretor da Fortaleza de Ajudá; envio de emissários à Bahia; guerra nos sertões de Maquinez, de Nagós, e Porto Novo; confirmação dos laços de amizade entre Portugal e Daomé para facilitar o comércio de escravos; compra de produtos da terra sem tributação e pagamento de serviços de "jornaleiros" quando utilizados* (Originais e cópias de época). IHGB.

estão penando. Deus dê todas as felicidades a V. Majestade, como quem deseja, que é o humilde vassalo. João Sathé, português.⁶⁷

Nos longos parágrafos precedentes, o escrivão João Sathé, do qual não temos maiores informações, relata tudo quanto o rei Adandozan descreve, em um dado momento em que o rei se distrai, ele consegue escrever um pedido de socorro ao governo português.

Deste trecho, podemos empreender algumas informações, como o fato de Innocêncio ser um prisioneiro recém-chegado nas prisões do rei do Daomé. Isso pode ser percebido porque João Sathé afirma que, durante os 23 anos que se achava preso naquele reino, ou seja, estava preso desde 1782, ele não havia encontrado outro cristão. Isto leva a crer que ou ele era o único europeu e católico a ser preso pelo rei, ou outros europeus haviam sido presos, mas não professavam a religião cristã da forma entendida por ele. A primeira hipótese poderia ser facilmente descartada, visto que a mesma carta informa que havia “outros penando”. Talvez não fossem mesmo católicos, já que Robin Law indica a diversidade religiosa do Daomé.⁶⁸

Mas, o que seria o auge de uma carta com outro objetivo, acaba sendo suplantado pelo conhecimento de que ninguém que está ao redor dele, inclusive o rei e outros da corte real, não soubessem ler nem escrever. A esperança de João Sathé não está somente em Innocêncio Marques, está na carta que está encaminhando. Ele não deixa de aproveitar a oportunidade de tentar ser ouvido/lido pela Coroa. Para ele, escrita é poder à medida que a mensagem chegue ao seu destino e que seja confirmada por Innocêncio Marques. Infelizmente, isso não acontece. Quando Innocêncio é recepcionado, juntamente com os embaixadores, pelo governador da Bahia, Francisco Cunha Menezes, lhe são solicitadas maiores informações sobre o reino. O intérprete responde às indagações do governador, e fornece uma relação dos portugueses que se achavam presos no território do rei do Daomé:

⁶⁷ Carta ao D. João Carlos de Bragança do rei do Dagomé de 30 de julho de 1805. In: ANADIA, Visconde de. *Ofícios e documentos enviados a Francisco da unha Menezes relativos a visita dos embaixadores do rei de Dahomey*. Queluz, 30-31/07/1805. Original e cópia. 8 documentos (11 páginas). Fundação Biblioteca Nacional (Divisão de Manuscritos). Anexos outros documentos a respeito. Publicação Anais da BN, vol. 68.

Localização dos originais: II-34,005,004. Fundação Biblioteca Nacional.

⁶⁸ LAW, R. *Ouidah: The social history of west of african slaving 'Port', 1727-1892*. (West african studies). Ohio: Ohio University Press, 2004. p. 98

Relação dos portugueses que se acham prisioneiros no território do Rei do Dagomé na Costa da Mina

Innocêncio Marques, pardo da tripulação da Corveta Dianna, aprisionado em Porto Novo, e veio em [companhia] dos Embaixadores do Rei de Dagomé, como Intérprete.

Manoel Luiz, pardo, escravo do capitão da mesma corveta Dianna, aprisionado em Porto Novo.

Manoel da Silva Jordão, branco, casado. Piloto da corveta Socorro, aprisionado em Badagri.

Manoel de Magalhaens, pardo, casado, barraqueiro da dita corveta Socorro, aprisionado em Badagri.

Domingos Braga, crioulo, também preso em Badagri.

Gonçalo de Christo, crioulo forro, que se entregou voluntariamente àquele Rei.

Luiz Lisboa, escravo do capitão Félix da Costa Lisboa que também se entregou voluntariamente ao mesmo Rei.

O mesmo intérprete que fez esta Declaração asseverou mais haver outros muitos portugueses ali aprisionados, dos quais ignora o número e os nomes.

No impedimento do Secretário, o Oficial Maior Ignacio José Aprigio da Fonseca S. Galvão.⁶⁹

Qual a surpresa, quando meses depois de deixar o reino do Daomé, o intérprete, Innocêncio Marques, não se recorda do nome daquele a quem pediu auxílio em carta transcrita pelo companheiro aprisionado. Não podemos afirmar que a lista elaborada por Marques indique uma postura incorreta deste para com o escrivão, mas podemos crer que esta lista se revela um instrumento de poder, quando dos sete listados, quatro trabalhavam no comércio de escravos. Inclusive um deles, Manoel Luiz, era da mesma embarcação que Innocêncio comerciava quando foi aprisionado em Porto Novo. A lista elaborada além das tensões indica o jogo político ao qual esses agentes estavam submetidos.

De igual modo, o poder do reinado de Adandozan se fazia representado. Ao descrever todas as glórias e as últimas batalhas vencidas, bem como assinar a carta encaminhada, o rei procura também exaltar seu poder. Como “mano” que é do rei de Portugal, ele pretendia ser igualmente poderoso e respeitado. Para isso, procurava agregar elementos e descrevê-los de tal modo, que sua grandiosidade pudesse causar boa impressão.

⁶⁹ Relação dos portugueses que se acham prisioneiros no território do Rei de Dagomé. S.d. (anexo ao documento n. 27.099 – *Ofício do Governador Francisco da Cunha Menezes para o Visconde de Anadia, no qual lhe participa a chegada de dois embaixadores do Rei de Daomé, a forma como os recebera e o seu embarque para Lisboa*. Bahia, 15 de março de 1805. Projeto Resgate / Arquivo Histórico Ultramarino. Documento da Bahia. Bahia. Caixa 136. Documento 27.101.

No esforço de esquematizar as informações encontradas na documentação acerca dos mediadores, uma das cartas enviadas pelo reino do Daomé não pode ser categorizada. A carta a que me refiro foi enviada pelo rei do Daomé, em 09 de outubro de 1810. Além dos elementos constantes nas outras cartas como tentativa de aproximação com o reino português visando o comércio, noticiar os eventos ocorridos em seu reino e solicitar presentes, há a referências de elementos da cultura africana ao utilizar termos como Agaû, aDangoge, aGoncã, entre outros.

Esta carta foi uma das poucas não transcritas ou indicadas por Pierre Verger e, apenas recentemente, tomei conhecimento que esta carta foi referida no artigo da historiadora Ana Lucia Araújo⁷⁰ sobre as relações entre o Daomé, Portugal e a Bahia durante o reinado de Adandozan. O que a torna tão peculiar é o caráter oral da escrita, com muitas referências da cultura daomeana o que dificultou boa parte da transcrição da mesma.

Nela, não podemos determinar o caráter do mediador, entretanto, é verossímil pensar que seja um daomeano. Como sabemos, o reino do Daomé possuía funcionários que tinham o conhecimento das línguas europeias que eram faladas no porto de Ajudá, como o Yovogan, que fazia o intermédio entre o rei e os europeus; e o Leguedé, que era o intérprete do próprio rei.⁷¹ Levamos isso em consideração tanto pelo não domínio da escrita, quanto pela apropriação da língua para traduzir termos como Agaû, já referenciado acima. No trecho abaixo, ainda sobre as guerras que o rei do Daomé havia se envolvido, há referências a termos daomeanos:

quando eu apanhei a gente da Guerra a aDangoge mandei matar neles em lugar dos meus que eles mataram na dome (casa) de Calavy, pois vinguei-me bem dos ditos e mandei a redor da minha Feira toda degolar neles para intimidar aos outros a não virem mais entender comigo. E os mandei vender a pequenos e grandes e todos que tivessem seu dinheiro os arrematar, e depois que eu fiz tudo isso tomei o mesmo título a Imigôu aFunquijâ que vem a ser quando um homem é mais valente que outro e atraca braços e o bota no chão que o que fica para cima começa a arrancar os cabelos da cabeça e o vento começa a levar pelo ares que são esses que vendi e matei.⁷²

⁷⁰ ARAUJO, A. L. Dahomey, Portugal and Bahia: King Adandozan and the Atlantic Slave. In: *Slavery & Abolition. A Journal of Slave and Post-Slave Studies*. Vol. 33, n. 1, March 2012. pp. 1-19.

⁷¹ LESSA, C. R. Op. Cit. p. 60.

⁷² Carta ao Real Príncipe de Portugal D. João Carlos Bragança, (09/10/1810) In: *Dossiê sobre o Reino de Daomé contendo representação, relatório, ofícios e cartas entre o Rei de Daomé e o príncipe regente D. João, d. Maria I e o [5º] conde das Galveias [d. João de Almeida de Melo e Castro] a respeito da arrecadação de cativos; estabelecimento do comércio; furtos e roubos feitos*

aDangoge, Calavy, Imigôu aFunquijâ são apenas alguns dos termos utilizados ora para referenciar pessoas e lugares, ora para atribuir títulos aos soldados. Neste trecho, o rei relata o aprisionamento dos soldados de aDongoge e a degola dos mesmos numa feita do Daomé, para que servisse de intimidação para que outros não fizessem guerra contra seu reino. Também se refere ao título tomado por ele, Imigôu aFunquijâ, pois este era dado ao homem que era mais valente que o outro, conforme podemos observar no trecho selecionado. Ainda que não seja uma análise pautada em maiores referências a respeito desta carta, é importante pensá-la inserida num circuito onde as informações são partilhadas e que a comunicação em língua portuguesa é apropriada por formas pidgnizadas.

4.3. Últimas considerações

Procurei, neste capítulo, destacar o papel dos mediadores culturais, tão importantes para as embaixadas estudadas. Também busquei distinguir e destrinchar a lógica que se passa por trás das embaixadas, identificando quem são esses responsáveis e de que modo sua marca autoral pudesse ser identificada.

Ademais, procurei problematizar o uso da língua portuguesa neste contexto, se aproximando das análises feitas por Catarina Madeira e Ivana Stolze Lima, no que diz respeito à apropriação da língua pelos africanos. Pelo que pude observar, os mesmos basicamente dominavam a estrutura oral da língua e raramente possuíam o domínio da escrita. Para estes casos, o rei daomeano se utilizava dos portugueses que estavam à disposição em suas terras naquele momento, seja funcionários do governo régio, missionários, prisioneiros e até mesmo dos próprios conterrâneos.

O rei daomeano, inclusive, poderia ter se utilizado dos recursos materiais oferecidos pelo governo português como o papel e a tinta. Segundo o especialista em paleografia e coordenador do Núcleo de Paleografia e Diplomática da Uni-

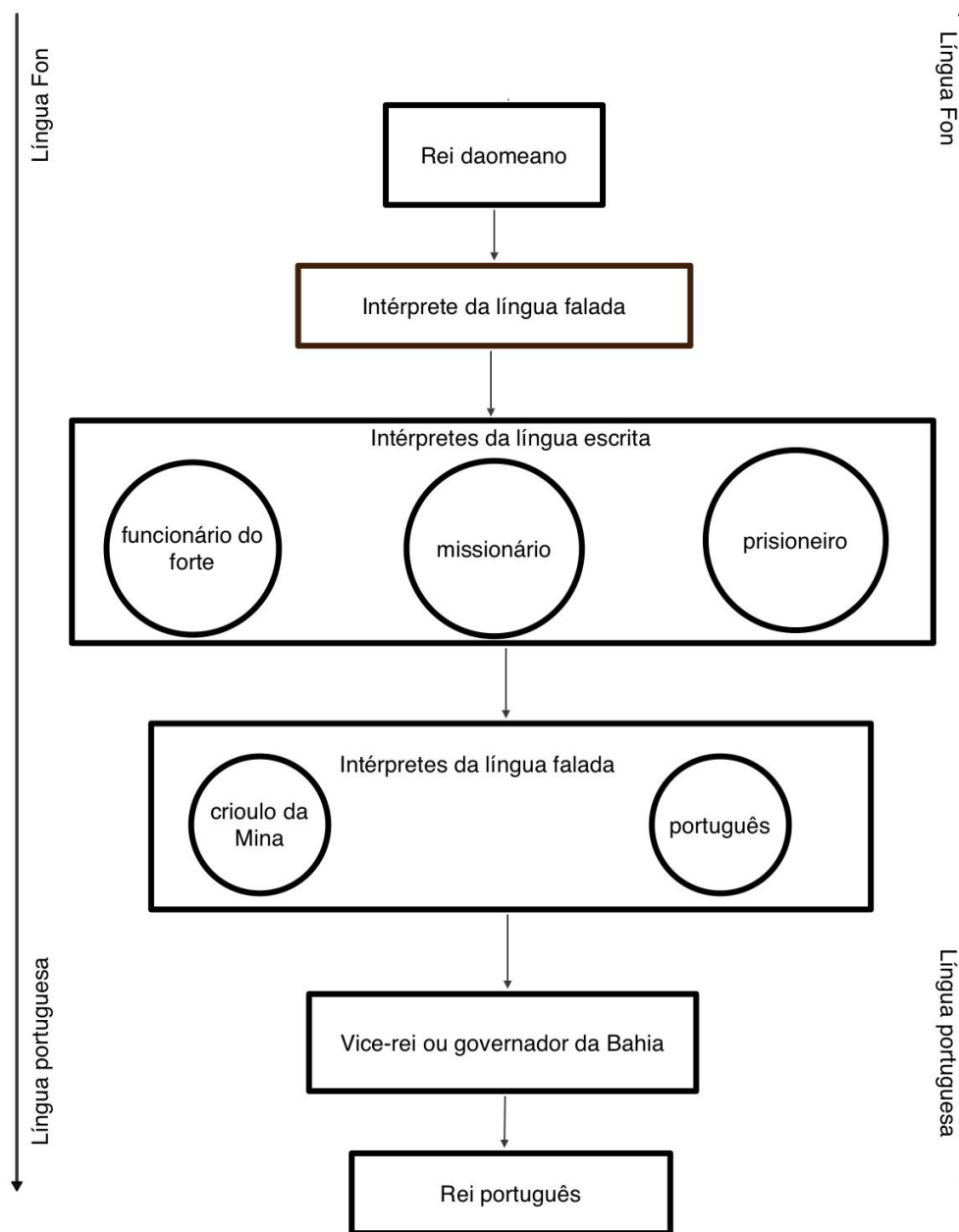
por portugueses; irregularidades nos portos da região; substituição do diretor da Fortaleza de Ajudá; envio de emissários à Bahia; guerra nos sertões de Maquinez, de Nagós, e Porto Novo; confirmação dos laços de amizade entre Portugal e Daomé para facilitar o comércio de escravos; compra de produtos da terra sem tributação e pagamento de serviços de "jornaleiros" quando utilizados (Originais e cópias de época). IHGB.

Rio, João Eurípedes Franklin Leal,⁷³ grande parte do papel utilizado no período pré-colonial era originário da Fábrica de papel de Leiria, em Portugal. Entretanto, ele afirma que o processo de feitura do papel era e é relativamente fácil de ser reproduzido em qualquer local; a diferença é que os papéis produzidos em fábricas, seja em Portugal, na Espanha ou na Itália tinham maior circulação no ultramar português possuído uma marca d'água até hoje identificada quando colocada contra a luz. Em relação às tintas, o processo era mais fácil, já que além de ser de fácil circulação – eram vendidas de forma concentrada, e só precisaria misturá-la com água ou com vinho para utilização –, havia receitas que poderiam ser feitas em qualquer lugar, tendo os materiais necessários para tal.⁷⁴ Tanto o papel quanto a tinta eram elementos primordiais para confecção da carta, quando não tinham origem europeia, por exemplo, o papel poderia ser oriundo do comércio feito pelos árabes.

De posse dessas informações, e das análises estabelecidas de acordo com as cartas referentes às embaixadas do reino do Daomé, pude construir um esquema de comunicação entre o reino daomeano e o português. Nele não ficam explícitas as tensões entre os grupos, mas é possível observar as relações hierárquicas e o percurso da linguagem estabelecida nas embaixadas.

⁷³ Agradeço ao professor João Eurípedes Franklin Leal pela disponibilidade em tirar dúvidas acerca das questões técnicas sobre paleografia e tudo que envolver o processo como os papéis e as tintas utilizadas no processo.

⁷⁴ LEAL, J. E. F. Tintas para escrever. In: *Revista Eletrônica Documento Monumento* n. 2. Mato Grosso: Universidade Federal de Mato Grosso, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, s/d. pp. 151-163.



Esquema 1 – Esquema de comunicação entre os reinos de Portugal e do Daomé, enfatizando a importância dos intérpretes.

Neste esquema identifiquei os diferentes intérpretes que foram classificados ao longo deste capítulo e suas relações com outros agentes. Como disse, não é possível identificar, através do esquema, as tensões desse processo de comunicação, mas entendo que a atividade de interpretação e tradução de uma

língua não é perfeita, ainda mais se levarmos em consideração o processo de apropriação da língua pelos africanos. O esquema também apontou para dificuldade em categorizar a carta de 1810 entre os intérpretes da língua escrita, pois os elementos disponíveis nos leva a crer que foi escrita por um daomeano, mas não há maiores informações para afirmar essas suspeitas.

Pude perceber também, o esforço de tradução e interpretação por parte do governo português estabelecido em Salvador, nesse caso em 1750, em buscar outras possibilidades de intérprete além dos que vieram com os embaixadores. É interessante pensar que, além dos escravos e descendentes dos mesmos, os portugueses tivessem o domínio de algumas línguas da Costa da Mina, como o fon.

O esquema também é interessante, já que expressa graficamente o objetivo deste capítulo: problematizar os mediadores culturais das embaixadas africanas. As embaixadas que aqui estiveram ou que pretenderam ser recebidas tinham como principal objetivo os interesses comerciais, entretanto, a abordagem adotada por esta dissertação privilegia os aspectos opacos, referenciados por Robert Darnton, trazendo à tona agentes e situações relegadas para segundo plano em outras análises. A mediação cultural é, nesse caso, uma forma de esmiuçar a documentação, mas principalmente, dar voz e importância aos que não foram lembrados nem por seus contemporâneos, como o prisioneiro português João Sathé.